
APRESENTAÇÃO

VOLUME 22, NÚMERO 2, 2023

Hegemonia financeira, desproteção social e os desafios para as classes trabalhadoras

Neste volume, a *Revista da Associação Brasileira de Estudos de Trabalho* (ABET) publica artigos que tratam das mudanças recentes no mundo e no mercado de trabalho e seus profundos efeitos para as classes trabalhadoras. A precarização, a perda de direitos, a desproteção social, a superexploração do trabalho, sob o empuxo da financeirização, tornam-se tendências em todos os setores econômicos e em diferentes regiões do Brasil.

Abre o volume, o artigo de autoria de Lena Lavinias, intitulado “Crise, financeirização e desafios da redistribuição no século XXI”. O artigo discute as mudanças que a hegemonia do capitalismo financeiro vem provocando na vida das pessoas, sobretudo nos setores populares, ao alterar a funcionalidade da política social e a natureza dos regimes de bem-estar, “ambos responsáveis pela materialização das políticas redistributivas e pelo enfrentamento das inúmeras formas de desigualdades que caracterizam todas as sociedades contemporâneas”. Lavinias mostra que a financeirização leva ao endividamento em massa das famílias, que passam a incorporar aos custos de sua reprodução a remuneração do capital portador de juros, “o que as torna não apenas estruturalmente dependentes de acesso aos mercados financeiros, mas infinitamente mais vulneráveis a curto, médio e longo prazo também”. O capitalismo contemporâneo não apenas explora, mas também expropria financeiramente a classe trabalhadora, cada vez mais endividada.

Tema abordado por dois dos artigos publicados neste número, a reforma trabalhista no Brasil foi aprovada com base no argumento da necessidade de modernização da legislação trabalhista. Entretanto, a reforma flexibiliza as relações trabalhistas e amplia as condições de exploração da força de trabalho, visando reduzir custos e facilitar a contratação e a demissão, ampliando a vulnerabilidade e a instabilidade dos trabalhadores.

No artigo intitulado “Flexibilidade e precarização: uma análise da terceirização e do trabalho intermitente em 2018 e 2019”, Pedro Henrique Evangelista Duarte, Alanna Santos de Oliveira e Marcelo Sartorio Loural tomam duas formas de contratação – terceirização e contrato intermitente – e observam os possíveis efeitos da reforma trabalhista nos anos de 2018 e 2019. Partindo dos dados da Relação Anual de Informações Sociais e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, aplicam a metodologia de acompanhamento dos efeitos da reforma trabalhista proposta por Duarte e Loural (2020).

No artigo “Reforma Trabalhista e aprofundamento da questão social no Brasil”, de autoria de Victor Aurélio Santana Nascimento e Dóris Firmino Rabelo, discute-se os efeitos políticos e sociais das mudanças nos instrumentos legais e protetivos do trabalho no Brasil, promovidos pela Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017, a partir das categorias centrais do materialismo histórico. Nesse sentido, ganha relevo na análise o papel do Estado burguês na reprodução das condições mais gerais de acumulação capitalista, “ao viabilizar maiores níveis de exploração da classe trabalhadora”. Os autores concluem que, ao garantir o esgarçamento das organizações de luta da classe trabalhadora, a redução salarial, a extensão e a intensidade das jornadas de trabalho, a Reforma Trabalhista garante as condições de acumulação capitalista e aprofundamento da “questão social”.

Gabriela Gomes Mantovani, Vanessa Fortunato de Paiva e Jefferson Andronio Ramundo Staduto analisam as disparidades existentes entre rendimentos de grupos socialmente vulneráveis no mercado de trabalho brasileiro, partindo dos marcadores de gênero, cor e orientação sexual no artigo intitulado “Vulnerabilidade de rendimentos de gênero, cor e orientação sexual por quantis: qual dor é maior?”. Os resultados das regressões, testadas a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C) para 2019, confirmam aspectos estruturais do mercado de trabalho brasileiro: que homens e brancos recebem mais que mulheres e não brancos, sendo que os trabalhadores com baixos rendimentos e as mulheres foram os mais afetados.

No artigo intitulado “Para pensar o futuro do trabalho nos cuidados com irmã[os] e com a casa comum”, Paulo Sérgio Fracalanza, Rosana Corazza e Mariana Reis Maria propõem uma reflexão sobre as múltiplas e sobrepostas crises que se abatem sobre a sociedade: a ambiental, a social, a política, a sanitária e a migratória. Discutem a abrangência, a profundidade e a velocidade das crises e discutem questões como distopia, crise do trabalho, aceleração do antropoceno, também propõem, por meio de um apelo humanista, caminhos que passam pela reconstrução de laços de solidariedade e pela redução do tempo de trabalho.

A uberização do trabalho é o tema discutido no artigo de autoria de Raphael Brito Neves e Lucivaldo da Silva Araújo, intitulado “Uberização do trabalho: uma análise fenomenológica da experiência de entregadores de plataformas digitais na cidade de Belém”. O artigo aborda os resultados de pesquisa que investigou os sentidos e os significados atribuídos por entregadores de aplicativos ao seu próprio trabalho. Os elementos discursivos contidos nas entrevistas realizadas pelos autores foram organizados em três unidades de sentido: as trajetórias laborais, a forma da ocupação e a relação dos entregadores com as plataformas digitais. Os resultados mostram que “o trabalho realizado por meio de plataformas digitais representa, para os entregadores, subsistência e significados negativos, em decorrência da grande carga horária trabalhada e ganhos abaixo da expectativa”.

O tema do artigo, intitulado “Revisão narrativa das pesquisas empíricas sobre trabalhadores em tecnologias de informação no Brasil”, de autoria de Dímitre Sampaio Moita e Cássio Adriano Braz de Aquino, é a ampliação do uso das tecnologias de informação (TIC) e o correspondente aumento da flexibilização do trabalho. A revisão narrativa procurou sistematizar o conhecimento produzido sobre o tema a partir de pesquisas empíricas em articulação com as transformações sociais e econômicas observadas nos últimos 30 anos. Foram analisadas 24 obras científicas, entre teses, dissertações, artigos científicos e trabalhos completos publicados em anais de congressos, no intervalo de 1989 a 2017. Os autores apontam a necessidade ampliar os estudos em torno da organização flexível do trabalho e suas repercussões sobre o modo de vida dos trabalhadores, especialmente para as suas condições de saúde.

O artigo de Marlon Bruno Salazar, intitulado “A contribuição da produtividade do trabalho na variação do emprego agrícola de Minas Gerais entre 2006 e 2019” discute as variações do emprego formal em 12 culturas da agricultura mineira, a partir de quatro variáveis: intensidade da mão de obra, produtividade da área plantada, estrutura e área. A principal conclusão é que “o efeito de intensidade” foi o principal responsável pela perda de postos de trabalho para as culturas analisadas.

De autoria de Bárbara Raquel de Oliveira e Marco Antônio Jorge, o artigo “Informalidade brasileira: o fenômeno tem rosto feminino? Uma análise para o período de 2012-2019” tematiza a presença – e discute a maior probabilidade – de mulheres inseridas no setor informal brasileiro. Os autores tomam a informalidade como uma estratégia de sobrevivência majoritariamente vivida por mulheres. Os principais resultados mostram que as

mulheres apresentam maior probabilidade de não terem carteira de trabalho assinada e não serem contribuintes da previdência. Ainda que a informalidade seja observada em ambos os sexos, no período analisado, a participação das mulheres supera a dos homens em categorias associadas a menores salários e condições de trabalho mais precárias.

Finalmente, o artigo “As plataformas de entregas e sua nebulosa rede de subcontratação”, de autoria de Ana Patrícia Sales e Francisco Sales, analisa as relações entre entregadores de comida por plataformas de delivery, na cidade de Natal, e atores sociais envolvidos na rede de subcontratação forjada pelas plataformas digitais. Foram levantados dados primários recolhidos junto a 22 entregadores cadastrados em distintos aplicativos de comida e realizada entrevista com uma ex-trabalhadora terceirizada de empresa subcontratada pelo iFood. Os depoimentos recolhidos pelos pesquisadores revelam aspectos das condições de trabalho dos entregadores que expõem a forma de interação estabelecida entre eles e outros atores sociais durante o cotidiano laboral. Essa relação de trabalho é conflituosa e marcada por descasos, humilhações, indiferença e desrespeito, conforme se pôde identificar nos relatos analisados.

O espectro de temáticas abordadas neste número da *Revista da ABET* é amplo. O conjunto de artigos publicados nos levam a pensar não apenas nas múltiplas determinações do trabalho no capitalismo contemporâneo, mas nos desafios que estão colocados para as classes trabalhadoras diante de um quadro de intensa exploração, precarização e crises.

Os Editores

Adalberto Cardoso (UERJ)

Maria Aparecida Bridi (UFPR)

Ana Paula Ferreira D’Avila (UFPEL)

Patrícia Vieira Trópia (UFU)